




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



O tempo e a fronteira: reflexões sobre a espacialização das políticas públicas na cidade em contexto amazônico

El tiempo y la frontera: reflexiones sobre la
espacialización de las políticas públicas en
ciudades de contexto amazónico.

*Louise Barbalho Pontes, Universidade Federal do Rio de
Janeiro, louise_bp@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do Estado, das políticas públicas e da cidadania na formação do espaço urbano na Amazônia ao longo do tempo – suas (des)continuidades e vazios - sem a pretensão de fazer uma análise das políticas públicas propriamente ditas, o artigo se compromete a apresentar uma visão mais ampla e geral da espacialização das mudanças de paradigma que permearam a ação do Estado na Amazônia. Para isso faz-se primeiramente uma leitura crítica sobre o papel do Estado e das políticas públicas e suas limitações. Em seguida são adotados três momentos claramente marcados na história da região: a colonização, o desenvolvimentismo e a condição contemporânea que deram lugar a diferentes formas e tipos de redes que, embora hoje se encontrem amalgamadas e sobrepostas no tecido urbano, podem ser facilmente identificadas no espaço; para ilustrar cada um desses momentos adota-se a cidade de Marabá, situada no sudeste paraense, na Amazônia oriental. E por fim, após analisar as visões por trás das políticas públicas no passado e no presente levanta-se a possibilidade de um potencial transformador com raízes na contemporaneidade e caminho para um futuro mais gregário.

Palavras Chave: Políticas públicas; Cidades na Amazônia; Redes.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo establecer una reflexión a respecto de la importancia del Estado, de las políticas públicas y de la ciudadanía en la formación del espacio urbano en la Amazonia a lo largo del tiempo – sus (des)continuidades y vacíos – si la pretensión de hacer un análisis de las políticas públicas en concreto, el artículo se compromete en presentar una visión más amplia e general de la espacialización de los cambios de paradigma que están impregnadas en las acciones del Estado en la Amazonia. Para ello, se presenta, primeramente, una lectura crítica sobre el papel del Estado y de las políticas públicas y sus limitaciones. En seguida son adoptados tres momentos claramente marcados en la historia de la región: la colonización, el “desvolvimentismo” y la condición contemporánea que dieron lugar a diferentes formas y tipos de redes que, aunque hoy se encuentren entrelazadas y superpuestas en el tejido urbano, pueden ser fácilmente identificados en el espacio. Para ilustrar cada uno de esos momentos se adopta la ciudad de Marabá, situada en el sureste del estado de Pará, en la Amazonia oriental. Y por fin, después de analizar las visiones por detrás de las políticas públicas en el pasado y en el presente se plantea la posibilidad de un potencial transformador con raíces en la contemporaneidad y camino para un futuro más gregario.

Palabras Clave: Políticas públicas; Cidades en Amazonia; Redes.

INTRODUÇÃO

A forma urbana se dá através de processos temporais materializados em formas concretas, assim como em uma dança onde continuidades, distâncias e vazios são desenhados pelos corpos ao ritmo de tempos musicais, as concepções urbanísticas também podem ser medidas pelo tempo (SOLÀ-MORALES, 2014). Enxergar a cidade pelas lentes da temporalidade implica também em descortinar seus respectivos contextos, paradigmas e visões e mundo e lembrar que a forma da cidade não é fixa, mas continuamente moldada por uma complexa correlação de forças que envolvem o Estado, o sistema econômico, as condições físico-territoriais (incluindo o bioma) e sociedade civil (incluindo a cultura).

Não é novidade que o sistema econômico vigente tende a moldar a cidade de acordo com seus interesses, contudo, o Estado tem o papel fundamental de mediar os interesses do capital, e toda essa correlação de forças, a fim de garantir um espaço de qualidade para todos (MARICATO, 2015). Ainda que muitas vezes sejam adotadas concepções pouco ligadas à dimensão físico-territorial da cidade, a forma urbana é produto de decisões: ainda que não seja intencional, a forma da cidade nunca é acidental (BARNETT, 1982).

No entanto, o Estado não é neutro, e cada uma das temporalidades expressas no espaço é também marcada por ideologias, “verdades” e interesses inerentes a seu momento histórico. Conforme explica Boneti (2006):

Cada momento histórico, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes produz ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas (BONETI, 2006; p.11)

Nesse sentido, as políticas públicas, entendidas neste artigo como o “Estado em ação” (HÖFLING, 2001) estão sempre permeadas por diversas limitações desde sua elaboração, até a sua operacionalização (BONETI, 2006). De uma forma geral, as políticas públicas partem de princípios e concepções etnocêntricas e antidiferencialistas que contribuem grandemente para a produção de desigualdade; além das ânsias de universalidade e homogeneidade há ainda um caráter de infalibilidade e a racionalidade utilitarista, que permeiam o quadro de instrumentos que beneficiam sempre às classes dominantes (BONETI, 2006). Descrição muito semelhante às bases das concepções urbanísticas pautadas em um urbano-industrial gestado nos países centrais e largamente aplicadas nos países da periferia.

Diante das limitações apresentadas, é possível perceber que para concepção de políticas públicas dados técnicos e científicos tem maior peso que a própria vontade da população, a técnica/ciência é assumida como parâmetro de verdade (BONETI, 2006). Acontece que quanto mais periférica é uma cidade, mais distante dos holofotes da ciência, mais distante dos padrões aceitos. O conhecimento não-erudito não é cientificamente visível e, portanto, não é reconhecido. Dessa forma, quanto mais à margem dos parâmetros pensados nos países centrais, mais distantes estão as políticas públicas de atender as demandas reais.

Entretanto, nesse desencontro entre demandas reais e concepções eruditas existe uma base empírica que poderia ser muito útil para ampliar o conhecimento científico com fim que contribuir para a formulação de bases e estratégias mais gregárias e menos limitadas.

A Amazônia está na periferia da periferia do capitalismo, porém é um rico laboratório para o estudo da cidade e suas temporalidades, onde convivem diferentes racionalidades e modos de pensar e viver o urbano, no entanto, a região é invisibilizada nos estudos urbanos, ainda que

ocupe grande parte do território brasileiro e mais de 70% de sua população viva em cidades (IBGE, 2010).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do Estado, das políticas públicas e da cidadania na formação do espaço urbano na Amazônia ao longo do tempo – suas (des)continuidades e vazios - sem a pretensão de fazer uma análise das políticas públicas propriamente ditas o artigo se compromete a apresentar uma visão geral da espacialização das mudanças de paradigma que permearam as políticas públicas na Amazônia. Para isso são adotados três momentos claramente marcados na história da região: a colonização, o desenvolvimentismo e a condição contemporânea; para ilustrar cada um desses momentos adota-se a cidade de Marabá, situada no sudeste paraense.

A cidade de Marabá (figura 01), além de representar as cidades de escala não-metropolitana na Amazônia, é um exemplo significativo e quase didático da materialização do tempo no espaço. Em cada um dos momentos apontados neste artigo formou-se um núcleo urbano diferente e afastado do anterior, tornando bastante perceptível as diferenças entre cada tempo-espaço. Em pouco mais de cem anos a cidade reuniu cerca de 300 mil habitantes e um arcabouço de experiências urbanísticas que vão desde sua origem ribeirinha com forte vinculação com o bioma, passando pela cidade planejada de inspiração modernista que prometia ser uma cidade ideal para Amazônia, até chegar às formações contemporâneas marcadas pelo boom imobiliário e o surgimento de condomínios de luxo ou shopping centers.

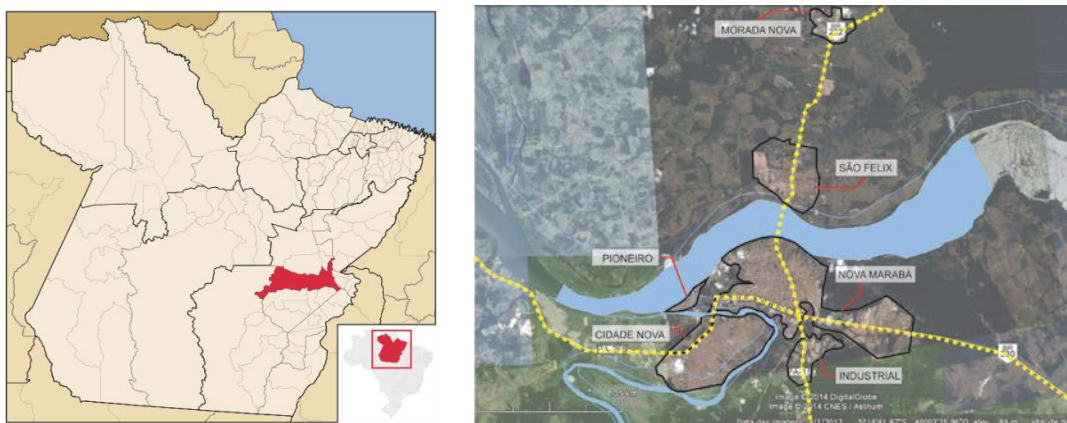


Figura 01 - a) Localização do município de Marabá. b) Núcleos de Marabá. Fontes: Wikimapia, 2014; Google Earth, 2014. Fonte: Pontes, 2015.

TRÊS TEMPOS NO ESPAÇO: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA EM CONTEXTO AMAZÔNICO

Antes de adentrar no contexto amazônico é necessário entender a origem das políticas públicas que estão na base de sua transformação, para isso é necessário transitar entre autores clássicos e contemporâneos que estudam a temática e dar um salto temporal do passado à contemporaneidade.

Na antiguidade, à exemplo da concepção filosófica grega não havia fronteiras entre Estado e sociedade civil e a política, além ser considerado algo essencial à natureza humana, era tida como um arte superior capaz de conduzir a vida social ao bem comum, conforme explica Comparato (2006):

Na concepção dos filósofos gregos, a sociedade política é o mais abrangente dos grupos sociais, porque ele organiza todos eles numa relação de estável convivência, garantindo-lhes as condições necessárias para que possam conservar-se e realizar cada qual o seu objetivo próprio. Quando isso não ocorre, o vínculo político se desfaz e as dissensões podem explodir em guerra civil (COMPARATO, 2006; p. 583).

A política é a arte de comandar ou dirigir toda a vida social, em função de uma finalidade comum a todos. Sendo a mais importante das artes, pois abrange todas, o seu objetivo, considerado o bem supremo da vida social, outro não é, segundo a sabedoria grega, senão a justiça (COMPARATO, 2006; p. 585).

A noção do Estado como promotor do bem comum, e portanto, o bem de toda a sociedade, aparece em diversos autores sob diferentes pontos de vista (COMPARATO, 2006). À exemplo de Hobbes (2006) que corrobora tanto com a ideia de Estado como um pacto que colocaria o bem comum acima do bem individual, como com concepção da figura do Estado, como base para a garantia de sobrevivência dos homens, sem o qual a sociedade estaria fadada à condição de guerra.

No entanto, a concepção moderna de Estado é muito diferente daquela do mundo antigo. O debate atual sobre o papel do Estado gira em torno de uma construção dicotômica de Estado – sociedade civil, como se uma esfera estivesse completamente dissociada da outra (BOBBIO, 2007; COMPARATO, 2006). O que faz com se atribua a sociedade civil um caráter sem regulação, onde ocorrem os conflitos e as reivindicações (BOBBIO, 2007).

A separação entre sociedade e Estado está na raiz dos problemas de ingovernabilidade – incapacidade de corresponder às demandas da sociedade - e este no centro da crise de legitimidade do Estado (BOBBIO, 2007). Ainda que o Estado tenha o monopólio da força, a violência legítima, em uma concepção weberiana da expressão (COMPARATO, 2006) é necessário mais que força material ou intelectual para que haja legitimidade, são necessários também princípios morais, que outrora estavam ligados a religião, hoje relacionados à justiça (BOBBIO, 2007; COMPARATO, 2006). Como explica Comparato (2006):

O grande desafio de toda organização política consiste, exatamente, na difícil e sempre precária harmonização da força com a justiça. A justiça sem força lembrou Pascal "é impotente; a força sem justiça, tirânica. A justiça sem a força é contradita, porque há sempre pessoas más; a força sem a justiça é acusada. É mister, portanto, juntar a justiça à força e, para tanto, fazer com que o justo seja forte, ou o forte seja justo (COMPARATO, 2006; p. 596).

Porém como ser justo sem conhecer de fato a sociedade em toda sua multiplicidade? Como citado na introdução deste texto, o Estado assume uma visão universalista para abranger desde as comunidades rurais na Amazônia às grandes metrópoles do país e a incapacidade de lidar com a diversidade (natural e social) intensifica as desigualdades sociais, sobretudo em áreas periféricas.

Contudo, ainda que Estado não consiga representar a totalidade da sociedade civil, e que de fato a escala global e os interesses econômicos tenham grande ascendência sobre as políticas públicas

nacionais e locais, para entender o Estado e as políticas públicas é necessário ir além da dicotomia citada, ou de ideias reducionistas que atribuam “a culpa” a um único ator, quando há de fato, diversas forças políticas, com diferentes poderes de barganha, mas que incluem desde os movimentos sociais até as elites globais, passando por amarras, pressões e resistências (BONETI, 2006).

Cabe destacar também, pensando em políticas públicas, que embora tendam a beneficiar às classes dominantes, existe um mínimo de ações necessárias para garantir a coesão social e a essência da coletividade e a manutenção da força de trabalho em uma sociedade. A questão social varia entre Estados e tempos e é a questão mais vulnerável e a primeira a padecer em situações de crise (BONETI, 2006).

Dicotomia Estado/sociedade civil, jogos de forças políticas, estratégias etnocêntricas e homogeneizantes, crise de legitimidade, resistências são expressões que ecoam e se materializam na Amazônia urbana de diferentes formas nos diferentes momentos de sua história.

A COLONIZAÇÃO: A REDE DENDRÍTICA

Desde o período da colonização portuguesa a Amazônia é tratada como uma *fronteira mundi*, enquanto se dava a exploração do litoral no Brasil-Colônia – legitimada pela ciência e as filosofias de controle e dominação da natureza daquele momento - a estratégia adotada para a região era de controle territorial com fins de reserva para exploração futura (BECKER, 2013).

Assim surgiram os primeiros núcleos urbanos na Amazônia, em pontos estratégicos ao longo dos principais rios e afluentes, onde foram construídas fortificações e estabelecidos povoados com intuito de garantir o domínio português, base e caminhos para a exploração da floresta (BECKER, 2013) em uma formação fluvio-linear que avançava muito pouco para além das margens ribeirinhas.

As concepções lusitanas pouco levavam em conta o sítio ou as peculiaridades locais, estabelecia um tecido de rápida implantação – homogeneizando o sítio. A presença do Estado português se materializava naquelas formas importadas que contrastavam com a floresta ao redor. Contudo, cabe destacar que a colonização não se deu em território vazio como tende a ser apresentado, mas havia na região uma população que detinha o conhecimento sobre as rotas pelos rios e estratégias de convivência com bioma, estratégias não-eruditas, ora apropriadas, ora negadas pelos colonizadores que passaram a impôr “modos eruditos” de conviver com o meio.

O conhecimento não-erudito, embora não reconhecido está na base do conhecimento que era necessário para o avanço dessa rede dendrítica, para ocupação de áreas alagadas ou para exploração de recursos ambientais que os colonizadores desconheciam. As vozes da população aparecem ainda nesse longo período em manifestações de resistência, como a Cabanagem e gestação de tipologias arquitetônicas híbridas que mesclavam saber tradicional e técnicas europeias.

A dinâmica extrativa e exploratória passou por diversos ciclos desde as “drogas do sertão” até o ciclo da borracha (que transformou os grandes centros que o lideravam – Belém e Manaus) e se manteve na região mesmo após a proclamação da República, garantindo o poder econômico e político de uma elite mercantil e consolidando uma rede dendrítica de cidades (Corrêa, 1987).

Nesse contexto que foi fundada a cidade de Marabá, no ano de 1913, com 987 habitantes com função de entreposto comercial de base para atividades extrativistas – o caucho e a castanha – em um pontal de terra, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que até os anos 1970 abrigava toda a sua população em um tecido orgânico, extremamente vinculado ao desenho das margens do rios (TOURINHO, 1991).

O DESENVOLVIMENTISMO: A REDE RODOVIÁRIA

A Amazônia, foi a última região do país a ser alcançada por uma racionalidade urbano-industrial etnocêntrica, originada nos países centrais. Até os anos 1960, quando da integração logística e econômica da região ao restante do país, com exceção de grandes centros como Belém e Manaus, predominava uma racionalidade ribeirinha, que retirava do rio alimento, lazer, transporte e cura em um convívio bem articulada com o bioma.

No entanto, na segunda metade do século XX - enquanto o Brasil vivenciava o período chamado de “milagre econômico” que resultou em concentração de renda e ampliação da desigualdade em todo o país, na Amazônia a geopolítica do governo militar provocou transformações profundas e estruturais urbanas e rurais. Políticas de incentivo fiscal, de reforma agrária, e implantação dos Grandes Projetos de Integração da Amazônia e estratégias de povoamento eram carregadas de ideologia e tratavam a região como um grande vazio a ser ocupado/explorado.

Nesse pacto pela produção econômica, o Estado se colocava como provedor de infraestrutura logística – meios de produzir e escoar a produção – abrindo estradas, construindo pontes, portos, ferrovias e mesmo estruturas intra-urbanas que garantissem a fixação do grande capital e atração de mão-de-obra.

As políticas de reestruturação produtiva do universo rural tiveram grande impacto também sobre os núcleos urbanos. A rede viária que passou a conectar a região ao país para fins produtivos também abriu uma nova estratégia de formação de novas cidades, se antes só havia cidades às margens dos rios, a partir de então surgiu um novo modelo de cidades às margens das rodovias que ganhavam importância crescente na articulação nacional e regional (CARDOSO & LIMA, 2006). Cardoso e Lima (2006, p.67) explicam que “com o advento das rodovias, das áreas de garimpo, e com a implantação das grandes mineradoras, surgiu uma alternativa à dinâmica resultante do padrão de ocupação dendrítico, baseada essencialmente na acessibilidade rodoviária”.

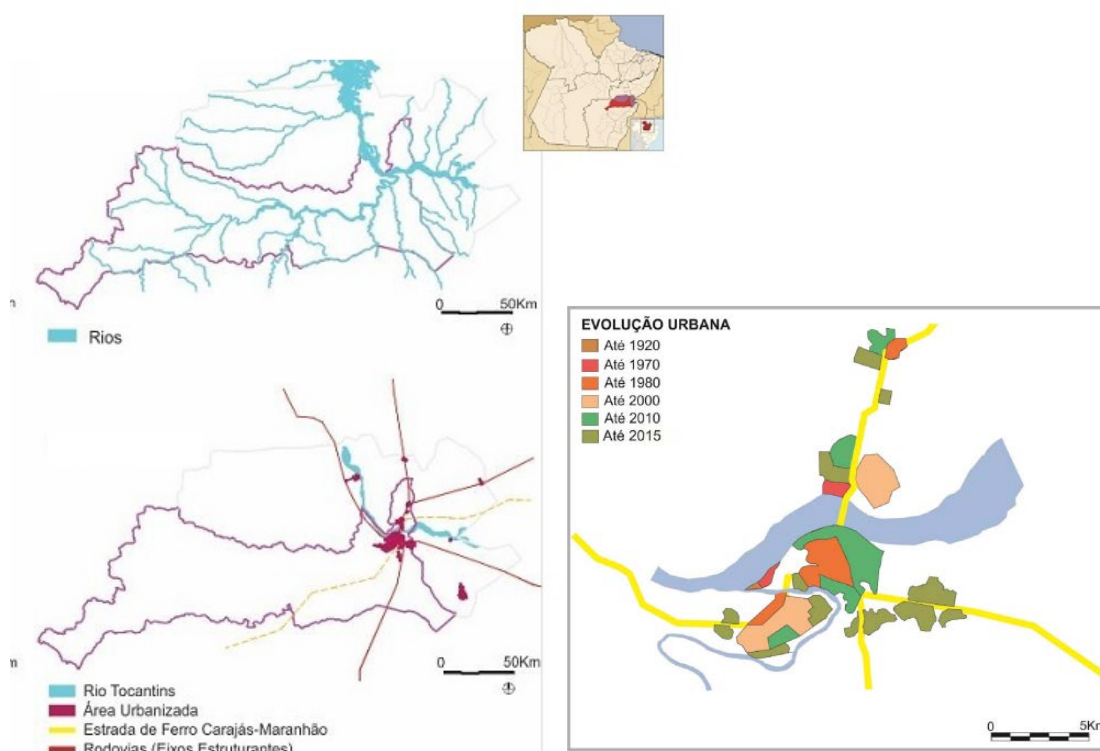
A instalação de grandes empresas na região fomentou o surgimento de novos padrões de urbanização, cidades planejadas, company towns (CORRÊA, 1987), além de formações espontâneas nas proximidades desses núcleos e daqueles já existentes. Entre 1970 e 2010 houve 99,5% de crescimento da área urbanizada na Amazônia (BECKER, 2013). Além da atratividade de grandes contingentes de população muitas vezes sem provisão de infraestrutura urbana que as comportassem.

Nesse contexto Marabá se transformou de pequeno entreposto comercial em uma cidade pólo e nó regional com mais de 20.000 habitantes e atratividade crescente após a descoberta de minas de ouro, minas de diamante e a implantação do Programa Grande Carajás.

O Estado aparece no desenho da cidade de Marabá com a provisão de uma superestrutura logística, pontes, estradas e uma ferrovia (Carajás-Itaquí) que entrecortam a cidade, mas também pela construção de um novo núcleo urbano, a Nova Marabá.

Através de políticas fundamentadas em uma ideologia de progresso foi concebido um plano de expansão urbana que se apresentava como uma cidade ideal para a Amazônia. O novo núcleo urbano implantado em 1974, totalmente separado do núcleo original, pioneiro, apresentava um tecido em forma de castanheira, em uma concepção de inspiração modernista, centrada no automóvel e em um novo cidadão “moderno” (vide que Plano havia um capítulo inteiro que apontava meios de modernização do marabaense).

Figura 02 – a) Camadas do município de Marabá: rede dendrítica e rede rodoviária.;



b) Evolução urbana. Fonte: Pontes, 2015.

O mito de progresso, adotado pelas políticas públicas, tem caráter propulsor da expansão do capital (FURTADO, 1974), e ainda hoje justifica os fins e os meios em concepções muitas vezes excludentes e degradantes. As relações topológicas e culturais da população com rio e com o tecido urbano consolidado aos moldes de outros tempos foi negado em nome de modelos exógenos tidos como superiores. As políticas não se baseavam na demanda real daquela população, mas nos anseios de um futuro moderno e “evoluído”.

A manutenção de uma ordem de subordinação às demandas externas (metrópoles mundiais e nacionais) deu lugar a uma rede de cidades sem autonomia, sem lugar para a inovação e à margem do país e do mundo. A condição urbana, lugar das trocas, das demandas e das soluções, que historicamente pode ter o papel de alavancar uma região, não foi pensadas de modo a proporcionar fortalecimento local. As cidades foram comumente tratadas como mero efeito colateral do “progresso” econômico, sem fomentar avanços sociais ou espaços para a qualidade de vida. Os valores de troca foram garantidos, mas não os valores de uso.

Além do interesse econômico, mais uma vez o Estado, exerceu o papel de controle, com intuito de inibir movimentos populares. Nesse sentido, a implantação da Nova Marabá (1974) também se justificava – extraoficialmente – pela presença de movimentos de resistência naquela região, dada sua centralidade na Guerrilha do Araguaia (de 1967 a 1974).

Com o fim do governo militar, a revisão epistemológica em curso nos países centrais chegou ao Brasil e com ela o reconhecimento da importância diversidade ambiental, social, da pluralidade de vozes e apontando a fragilidade (e crueldade) das soluções ideais modernistas e autoritárias.

AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: UMA REDE DE FLUXOS?

Na condição pós-moderna, caem por terra os grandes planos, a ideia de parâmetros universais e falsa capacidade de controlar a cidade ou reduzi-la a metáforas simplistas. O planejamento urbano na cidade contemporânea vive uma grande encruzilhada, se por um lado nunca houve tanto conhecimento acumulado sobre cidades e nunca o conhecimento foi de tão fácil acesso, por outro lado, todo esse conhecimento deixou evidente que não existem formas ideais-finais e que a cidade não é um produto, mas a soma da ação de diferentes atores em um território, em constante transformação.

Existem poucos consensos sobre que rumos devam tomar as cidades, porém arquitetos, urbanistas e planejadores estão menos entusiasmados (ou deveriam estar) com o brilho da modernidade e mais interessados em entender essa condição híbrida que combina ações reguladas pelo Estado e aquelas que emergem espontaneamente. À semelhança do produtor cultural pós-moderno que se imbuí de de uma condição antiaurica e antivanguardista que estimula a cultura popular, influencia e é influenciado por ela, em uma dinâmica aberta a todos (HARVEY, 1993)

Ainda assim, o Estado tem como principal agente definidor de políticas públicas a escala global e o capitalismo globalizado, que tem um projeto muito claro, definido constantemente por aqueles países tidos como industrializados, a partir do qual são definidas estratégias que garantam sua contínua expansão e abertura de novos mercados consumidores (BONETI, 2006). O sistema capitalista tem grande capacidade de se reinventar e transformar-se para adaptar-se às novas condições e contextos. Se noutros tempos o domínio do espaço produtivo estava ligado ao o domínio do espaço e das fronteiras, hoje, diante do “paradigma da sociedade em rede” as fronteiras são relativas e a riqueza está ligada ao domínio dos fluxos (de informação, tecnologia, etc.) (BONETI, 2006; p. 47). Para além da perda crescente de identidade e o esfacelamento dos vínculos como lugar (fundamentais para reinvidar qualidade), nessa condição a exploração atinge novos patamares.

Enquanto que no fordismo os problemas sociais eram assumidos pelo Estado, um Estado intervencionista e de bem-estar – ainda que com intuito de garantir a reprodução da mão de obra – na sociedade em rede, capitalismo neoliberal, os problemas sociais são de responsabilidade individual (BONETI, 2006).

Harvey (2004) explica como o capital é antagônico à solidariedade social, o sistema capitalista rompe as redes de confiança e com ele o senso de comunidade e daí a importância da consolidação de redes de confiança como forma de resistência, sobretudo na periferia do capital.

E como não poderia ser diferente, todas as alterações recentes no sistema econômico se refletem também na forma da cidade e nas relações das pessoas com este.

No que tange às dimensões físico-territoriais, as novas condições de transporte e comunicação transformaram a forma das cidades, que outrora eram contíguas e compactas e condição inversa, aberta e espalhada. Nessa nova condição de cidades polinucleares que formam verdadeiros arquipélagos, os espaços livres ganham novo protagonismo.

Por outro lado, os fluxos, e o advento da informática, também contribuíram para a insurgência de articulações horizontais de grande interesse para a busca de um urbanismo de baixo para cima, conceitos como urbanismo de código aberto (*open source*), urbanismo DIY ou DOWO (*Do it your self ou Do with other*), cidades copyleft (em oposição ao copyright dos direitos autorais) que reúnem experiências coletivas de cidadãos comuns (conhecimento não-erudito) em redes que agregam indivíduos para a produção coletiva da cidade. Para Shirky (2011) a sociedade contemporânea vive a cultura da participação.

Este momento coincide com um amadurecimento dos movimentos sociais e organizações não governamentais no Brasil, com problematizações mais claras e sem dicotomização de classe como no passado (BONETTI, 2006) e abre espaço para novas articulações diante de um falido estado de bem-estar e da ineficiência do Estado em prover um espaço urbano de qualidade (valores de uso). Desde as manifestações populares no ano de 2013 multiplicaram-se as microresistências ao avanço das investidas neoliberalistas sobre o espaço comum, dando lugar a insurgências que apontam para novas formas de conviver nas cidades brasileiras (RENA & BRUZI, 2013).

Diante desse cenário cabe destacar que existe uma gama de autores que defendem que se por um lado o capital molda as cidades à sua semelhança, por outro, existe uma resposta espontânea (não regulada) das cidades que a direcionam para o bem-comum, é o que Sassen (2013) chama de *cities talkback* ou o discurso das cidades (*speech of cities*), ou o que Marshall (2009) chama de *emergece*, quando explica que muitas das soluções para a cidade emergem espontaneamente da interação contínua espaço-indivíduos.

Na Amazônia esse contexto se reflete no que Monte-Mor (1994) chama de urbanização extensiva, para além das fronteiras das cidades propriamente ditas, a racionalidade urbano-industrial já se estendeu até os lugares mais remotos da região amazônica influenciando suas expectativas, consumo e modos de vida (MONTE-MOR, 1994). A mão-de-obra e a própria validação de trabalho e de comportamento se dá sob um prisma que enxerga apenas o trabalho vinculado a essa racionalidade urbano-industrial, e que não se encaixa na vivência e no trabalho vinculado a racionalidade ribeirinha. Mais uma vez as verdades relativas se transformam em verdades absolutas, fortalecendo a desigualdade e exclusão social.

Cabe lembrar que os principais estudiosos da Amazônia acreditam que o potencial da região está no reconhecimento dessas diferentes racionalidades e na capacidade de inovação que pode ser gerada a partir dela (BECKER, 1982; MONTE-MOR, 1994).

Ao passo que existe uma inserção da região nessa rede de fluxos globais, como indicam os dados do IBGE que apontam a região norte como líder de acesso à internet por aparelhos celulares no Brasil (IBGE, 2013), também são intensificados os processos de exclusão social, degradação ambiental e do soterramento do saber endógeno e do potencial de inovação.

As estratégias adotadas pelo Estado desde a colonização conduziram a esse contexto atual que consolidam atividades econômicas incompatíveis com o bioma, contribuindo para o crescente avanço do arco do desmatamento (INPE, 2006) e que pouco estimula os potenciais da região. Ainda hoje, em pleno século XXI, O Estado continua a atribuir à região um papel de fonte de recursos e de “progresso”, onde não importa a destruição do bioma ou da cultura (e todo o conhecimento a eles atrelados) ou o bem-estar da população, vide as vinte e nove hidrelétricas previstas e aprovadas para serem construídas e cujo impacto é imensurável para a etnobioidiversidade, para a forma das cidades e para a vida das pessoas que as habitam. É curioso notar que mesmo se apoiando em dados científicos, as políticas adotadas pouco levam em conta se existem estudos que comprovam todas as perdas e problemas desse tipo de intervenção (aumento da criminalidade, inchaço urbano, desaparecimento de espécies ou formações geológicas, etc.).

O programa Minha Casa Minha Vida é outro exemplo disso: repete-se a velha e criticada fórmula de conversão de terra rural em urbana e ganha grandes proporções na região. Projetos em grande escala e pouquíssimo avanço na melhoria da vida cotidiana, como exemplifica mais uma vez o caso de Marabá. Na cidade de Marabá, assim como em toda a região, a qualidade de vida e o acesso ao lazer estão ligados à natureza, ao “bem comum”, de livre acesso, tais como os rios, igarapés, praias, cachoeiras, etc. Se a racionalidade urbano-industrial que determina o que se fazer ou como ter lazer já afasta a população desses espaços livres, com a implantação da hidrelétrica na cidade desaparecerá a praia e a cachoeira. Ao passo que rios são canalizados, poluídos e inviabilizados, desde o *boom* imobiliário vivido na cidade em 2010, são construídos *shopping centers* e condomínios de luxo que vendem uma ideia de natureza exclusiva e um lazer de classe. O ribeirinho que outrora tirava seu sustento, lazer e transporte do rio passa ser reconhecido pelo Estado como um excluído, e é convidado a viver em conjuntos habitacionais do PMCMV e muitas vezes não perde apenas o lazer e a identidade, mas também o direito à cidade.

Dentre as perdas contemporâneas em Marabá é possível classificar dois grandes grupos que se entrelaçam: o desvanecimento da natureza e o desvanecimento do conhecimento não-erudito. O conhecimento sobre as ervas e os quintais, a inviabilização do lazer na natureza, o desvanecimento das áreas de preservação e de conhecimentos construtivos, naturais, etc.

Para além da narrativa da perda, é possível identificar dois importantes potenciais na cidade: a grande quantidade de espaços livres que entrecortam a cidade (benefícios ambientais, sociais e políticos) e a emergência de experiências colaborativas que reúnem saber do cidadão comum na busca de uma qualidade espacial e social. Entendo que o potencial dessa região ainda não foi completamente soterrado, e que é produzida em um espaço-tempo único, ficam no ar alguns questionamentos: não seria possível que essa condição pós-moderna de trocas, fluxos, acesso a informação e ao conhecimento, e empoderamento da pluralidade de vozes e ações não poderia contribuir para houvesse uma ruptura com a histórica repetição de padrões exógenos e falidos nas cidades da Amazônia? Qual o papel das políticas públicas contemporâneas e da academia nesse novo cenário?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que nas cidades na Amazônia existam altas taxas de informalidade, é impossível afirmar que o Estado é ausente na região, como reforça o senso comum teórico. O Estado teve (e tem) um papel crucial na formação das estruturas existentes desde a colonização até a cidade

contemporânea. O Estado participou ativamente da produção do espaço urbano na Amazônia, muitas vezes chegando até a escala do desenho intra-urbano – casos bem pouco comuns no país.

Contudo, não o fez de forma neutra, mas carregado de interesses e ideologias. Embora a cidade contemporânea seja um emaranhado composto por todas as temporalidades vivenciadas, cada tempo deu lugar a uma forma bastante diferente da anterior – primeiro centrada nos rios, depois nas rodovias e depois nos fluxos, porém a essência do papel que o Estado atribuiu historicamente à região pouco se alterou: a Amazônia permanece sendo tratada como uma fronteira de expansão do capital.

O paradigma de abundância intrínseco à racionalidade ribeirinha é substituído em grande velocidade por um paradigma da escassez próprio à racionalidade urbano-industrial. E se esta última racionalidade ainda não se sobrepôs completamente aos saberes não-eruditos e à etnobioidiversidade, age com muita voracidade. Se a legitimidade do Estado está atrelada a um equilíbrio entre força e justiça, não se pode dizer que a presença do Estado nas cidades Amazônicas tenham sido justas, mas sem dúvida esteve marcada não apenas pela violência legítima (expulsão de povos, chacinas, etc) mas sobretudo pela violência simbólica que transforma toda uma racionalidade diferente em motivos para a exclusão.

A periferia da periferia parece fadada a repetir os equívocos dos grandes centros, sem chance de traçar outra trajetória, de inovar, permanecendo sempre em uma posição de subordinação aos interesses externos. Contudo, é dessa condição híbrida e rica pelo encontro de diferentes racionalidades que emergem possibilidades de vislumbrar outros caminhos e ir além da narrativa da perda. Da forma se destacam os espaços livres, como espaço que resitem a homogeneização, onde há diversidade e espaço para o não-erudito, espaço que abre oportunidades de acolher experiências colaborativas e dar visibilidade a tudo aquilo que a ciência ainda não conseguiu enxergar.

Se o papel do Estado é o bem comum, reconhecer, fortalecer e dar visibilidade ao seus potenciais deveria ser um caminho.

REFERÊNCIAS

- BARNETT, J. *Designing cities without designing buildings*. In an introduction to Urban Design. Nova York: Harper and Row, 1982.
- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BECKER, B. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007.
- BONETI, L. *Políticas Públicas por Dentro*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.
- CARDOSO, A. C., LIMA, J. J. *Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental*. In: CARDOSO, A. C. (org.). *O Urbano e o Rural na Amazônia*. Belém: EdUfpa, 2006.
- COMPARATO, F.K., *Ética, Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

- CORRÊA, R. L. *A periodização da rede urbana da Amazônia*. In: Revista Brasileira de Geografia, n. 3. Rio de Janeiro, 1987
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.
- HOFLING, E. (*Estado e políticas (públicas) sociais*). Cad. CEDES [online], vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN 0101-3262, 2001.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.
- INPE. *Projeto UrbisAmazônia*. Relatório de Pesquisa. Belém, 2014. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/urbisamazonia/doku.php?id=urbis:produção>
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARSHALL, S. *Cities, design & evolution*. London: Routledge, 2009.
- MONTE-MÓR, R. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- PONTES, L. *Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.
- RENA, N., Bruzi, P. *Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades desde constituição do comum no território urbano*. Lugar Comum Nº43, 2013.
- SASSEN, S. *Does the City Have Speech?*. Public Culture, 2013. Disponível em <<http://www.saskiasassen.com/>> Acesso 20 out 2015
- SHIRKY, C. *A Cultura da Participação: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SOLÁ-MORALES, M. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC, 2014.
- TOURINHO, H. *Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá*. Belém, 1991. 270 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991